



II Cimeira Índia – África

Realizou-se em Addis Abeba a II Cimeira África-Índia com o objectivo de reforçar a cooperação entre o Continente Africano e o país asiático. [Pag 2/3](#)

Eleições Presidenciais em Cabo Verde

Nunca na história da democracia cabo-verdiana umas eleições foram tão concorridas como as eleições presidenciais de 7 de Agosto. [Pag 3](#)

Nascimento de um País

Com o nascimento do Sudão do Sul, o Sudão deixa de ser o maior país africano. [Pag 3](#)

O Problema de Abyei

Poucos dias antes da independência do Sul do Sudão, o futuro do novo estado e as relações com o Norte do Sudão estavam ameaçadas pelo destino da região Abyei, encravada entre os dois estados. [Pag 4](#)

Eleições Presidenciais em São Tomé e Príncipe

Para as eleições presidenciais em de 17 de Julho surgiram, de início, 14 candidaturas, oriundas dos principais partidos políticos e também de alguns independentes. Antes da sua aprovação final, estas candidaturas deveriam ser validadas pelo Supremo Tribunal de Justiça. [Pag 4/5](#)

Os ODM e Angola

Pinda Simão, afirmou que o Governo angolano está empenhado em atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e as metas traçadas em Dakar relativamente à educação para todos, tendo assumido os 11 compromissos relativos à criança. [Pag 6](#)

Timor apoia Guiné Equatorial

O Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos Horta, defende que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deve acolher a Guiné Equatorial na organização. [Pag 7](#)

A Fome na Somália

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou oficialmente, em Julho, situação de crise de fome em Bakool e Baixo Shabelle, no sul da Somália. [Pag 7/8](#)

O Cluster do Mar em Cabo Verde

O Primeiro-Ministro cabo-verdiano considerou que o Cluster do Mar, orçado em 300 milhões de euros, vai determinar o futuro de Cabo Verde, pois permitirá o desenvolvimento do arquipélago em praticamente todos os sectores. [Pag 8](#)

BAD reforça aposta na Agricultura

A nova estratégia do BAD para África para o período de 2011-2014 vai apostar num reforço dos recursos destinados à agricultura. [Pag 9](#)

Acordo de Paz na República Centro-Africana

O Presidente da República Centro-Africana, François Bozizé, e o líder do movimento rebelde rebeldes CPJP (Convenção dos Patriotas para a Justiça e a Paz) assinaram em Junho um acordo de cessar-fogo. [Pag 9](#)

Reforma Constitucional em Marrocos

O rei de Marrocos, Mohamed VI, submeteu a referendo popular uma reforma constitucional cujo principal objectivo é o de acalmar eventuais descontentamentos populares que viram nas revoltas da Tunísia e do Egipto a possibilidade de mudança de regime pela força. [Pag 10](#)

Chefes da Diplomacia da CPLP reunidos em Luanda

Decorreu a 22 de Julho, em Luanda, o encontro de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP. [Pag 10](#)

Mercado Comum Avança

Com o objectivo de reduzir a burocracia e a pobreza, foi discutida a criação de uma zona de comércio livre. [Pag 11](#)

Périplo Africano da Chanceler Alemã

A Chanceler alemã, Ângela Merkel visitou o Quênia, Angola e a Nigéria, pela importância que os mesmos têm nas respectivas regiões. [Pag 11](#)

Kilamba. Nova Cidade Angolana

No âmbito da política do governo angolano de reordenamento urbanístico, José Eduardo dos Santos, inaugurou, no dia 11 de Julho, a cidade do Kilamba. [Pag 12](#)



II Cimeira Índia - África

■ Luís Castelo Branco

A II Cimeira África-Índia realizou-se a 24 e 25 de Maio, em Addis Abeba, com o objectivo de reforçar a cooperação entre o Continente Africano e o país asiático, bem como estabelecer novas parcerias nos diversos domínios. Sob o lema *Enhancing Partnership: Shared Vision*, a Cimeira contou com a presença de 15 países africanos indicados pela União Africana (África do Sul, Argélia, Burundi, Chade, Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Quênia, Líbia, Malawi, Namíbia, Mauritânia, Nigéria, Senegal e Suazilândia).

Neste encontro, onde participaram centenas de delegados, os quais analisaram e renovaram o compromisso assumido na I Cimeira realizada, em Nova Deli. Na I Cimeira África-Índia, que teve lugar em Abril de 2008, os governos africanos e da Índia deram uma nova dimensão e imprimiram uma maior dinâmica à sua parceria, visando conjugar esforços para os múltiplos desafios que se colocam para o desenvolvimento de ambas as partes.

Os participantes concordaram em aprofundar a colaboração em diversas áreas nomeadamente da agricultura, segurança alimentar, indústria, do comércio, do investimento, da formação dos recursos humanos, assim como nos domínios da paz e da segurança, da expansão das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento das infra-estruturas. A parceria entre África e a Índia caracteriza-se por um fluxo financeiro indiano para África, sob a forma de doações, investimento e créditos concessionais, para além de trocas comerciais de cerca de 40 milhões de USD em 2010.

Durante este encontro, foram revistas as estratégias que visam atingir a meta estabelecida de 70 mil milhões de dólares até 2015.

A Cimeira propôs-se alcançar novos desafios no sentido de intensificar as relações bilaterais nas áreas do comércio, indústria, agricultura, tecnologias de informação, saúde, educação, entre outros.

Com vista a aprofundar o relacionamento, o Presidente da Comissão da União Africana (UA), Jean Ping, defendeu na abertura da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros africanos e indiano, uma relação mais estruturada que favoreça os contactos regulares e um diálogo a diferentes níveis entre as partes. De acordo com Jean Ping é necessário reforçar a realização de visitas ao mais alto nível político para promover e intensificar os esforços e as discussões mútuas entre africanos e indianos.

A Cimeira terminou com a presença do Presidente da União Africana (UA), Teodoro Obiang Nguema, Chefe de Estado da Guiné-Equatorial, do Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, do Primeiro-Ministro da Índia, Man Mohan Singh, e dos comissários da UA, bem como a participação de representantes dos cinco países fundadores da NEPAD (Argélia, Egipto, Nigéria, Senegal e África do Sul) e das várias organizações sub-regionais africanas.

No decurso do encontro, o governo indiano anunciou a oferta, para o próximo triénio, de linhas de crédito avaliadas em 5 mil milhões de USD para apoiar África na implementação dos seus programas de desenvolvimento. Sem o afirmar abertamente, a intenção declarada das autoridades indianas é o de garantir acesso aos mercados e recursos naturais e energéticos africanos em clara concorrência com a China.

Uma soma adicional de 700 milhões de dólares será igualmente disponibilizada por este país asiático com vista a estabelecer novas instituições, em interligação com a União Africana.

Se, num primeiro momento, a Índia não foi capaz de rivalizar com a China na atracção de novos parceiros em África, agora a situação parece estar a mudar. A China tem-se destacado porque é capaz de oferecer financiamentos e a realização de infra-estruturas em troca de matérias-primas.

A Índia tem para oferecer tecnologia, algo que os países africanos parecem agora mais interessados. Como a Índia não consegue competir com a China ou com os EUA, procura promover um diferente tipo de cooperação baseada na transferência de tecnologia adequada às necessidades africanas, oferecendo igualmente apoio na formação de quadros que assegurem a manutenção dessa tecnologia.

Neste contexto destaca-se o projecto Pan-African e-Network, que consiste em cursos técnicos realizados na Índia e transmitidos pela Internet para África. Este projecto teve o seu início em 2009 abrangendo os seguintes países: Benim, Burkina Faso, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Maurícias, Nigéria, Ruanda, Senegal e Seychelles. Numa segunda fase foram abrangidos o Botswana, Burundi, Costa do Marfim, Djibuti, Egipto, Eritreia, Líbia, Malawi, Moçambique, Somália, Uganda e Zâmbia. O projecto é financiado e orientado pela companhia estatal Telecommunications Consultants Índia com um custo de 125 milhões de USD.

Além deste projecto, a Índia fornece aconselhamento e assistência técnica em diversas áreas. O governo indiano está a projectar a criação de



institutos Índia – África especializados em vários sectores, como o comércio exterior, administração pública e recursos humanos.

A próxima edição da cimeira do fórum África-Índia ficou marcada para Nova Deli, em 2014.

Eleições Presidenciais em Cabo Verde

Nunca na história da democracia cabo-verdiana umas eleições foram tão concorridas como as eleições presidenciais de 7 de Agosto. Dada a limitação constitucional de dois mandatos consecutivos, o actual Presidente, Pedro Pires, não poderá concorrer novamente.

Para estas eleições presidenciais apresentaram-se quatro candidatos. Aristides Lima, antigo presidente da Assembleia Nacional e Presidente do PAICV, não recebeu o apoio oficial do seu partido (no poder), mas a sua candidatura é apoiada, na sua maioria, por dirigentes e militantes do PAICV e já recebeu o apoio formal da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) (com dois deputados no parlamento), e do Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS).

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) apoia oficialmente, o candidato Manuel Inocêncio Sousa, antigo Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes nos dois anteriores governos de José Maria Neves. Jorge Carlos Fonseca, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros na década de 90, assume-se também como independente, mas conta com o apoio do maior partido da oposição, o Movimento para a Democracia (MpD).

Joaquim Jaime Monteiro foi um candidato inesperado, uma vez que é um desconhecido na cena política cabo-verdiana, apesar de ser militante não activo do PAICV. Em 1996, este antigo Combatente da Liberdade da Pátria tentou entrar na corrida presidencial, mas não garantiu então as necessárias assinaturas.

Desde que ascendeu à independência, a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde só teve três Presidentes: Aristides Pereira (1975/91), António Mascarenhas Monteiro (1991/2001) e Pedro Pires (desde 2001).

Nascimento de um País

Com o nascimento do Sudão do Sul, o Sudão deixa de ser o maior país africano. Quem ocupa essa posição agora é a Argélia, que também se torna o 10º maior país do mundo. O Sudão, que anteriormente ocupava esse lugar, agora é o 16º.

Os últimos meses antes da declaração de independência registaram um agravamento das relações entre as partes. O Governo sudanês ameaçou, em Junho, privar o Sul de utilizar as suas infra-estruturas de petróleo, caso não houvesse um acordo antes da secessão, em 9 de Julho. Apesar da secessão ser o fruto do resultado do referendo de Janeiro, acordado pelas partes em confronto, a verdade é que muitas questões ficam por resolver. Questões como a delimitação das fronteiras, partilha da dívida externa do Sudão ou os rendimentos do petróleo foram temas que não ficaram decididos.

O Sudão perdeu, a partir de 9 de Julho, 36% das receitas provenientes do petróleo bruto produzido no Sul. Com vista a compensar estas perdas, o regime de Cartum sugeriu que houvesse um acordo sobre a utilização das refinarias do Norte. Apesar de produzir grande parte do petróleo que existe no Sudão, as refinarias não se encontram no sul. O Sul é responsável por cerca de três quartos dos 470 mil barris produzidos diariamente no Sudão, mas a indústria petrolífera foi sempre gerida pelo Norte, onde se encontram todas as infra-estruturas importantes.

As restrições impostas pelo o Governo de Cartum, em Maio, ao fornecimento de produtos alimentares e de combustíveis ao Sul provocou um aumento dos preços na região e aumento a tensão entre as partes.

Representantes das duas partes procuram, em Addis Abeba, renegociar a gestão da indústria petrolífera, após a independência do Sul, incluindo os custos a pagar ao regime do Norte pela a utilização de infra-estruturas.

No sábado dia 9 de Julho realizou-se em Juba, capital do novo estado do Sul do Sudão, as cerimónias de independência. O acontecimento foi festejado em diversos locais no mundo, destacando-se os festejos em Kampala, Nairobi e Sidney, onde milhares de sudaneses do sul se encontram refugiados.



O Problema de Abyei

Poucos dias antes da independência do Sul do Sudão, o futuro do novo estado e as relações com o Norte do Sudão estavam ameaçadas pelo destino da região Abyei, encravada entre os dois estados.

A região de Abyei faz fronteira entre o Norte e o Sul do Sudão. Composta por 10.500 Km², a sua população está dividida etnicamente entre os Dinkas, aliados do sul, e os Misseriyas, nómadas e aliados do Norte. Embora seja responsável pela produção de apenas 1% do petróleo de todo o Sudão, a sua localização estratégica faz deste território um alvo cobiçado.

O acordo de paz de 2005, que pôs fim à Guerra Civil entre o Norte e o Sul, previu a realização de um referendo, em Janeiro de 2011, para decidir o futuro deste território, mas que nunca se realizou. Desde o início do ano, a região de Abyei foi palco de confrontos entre apoiantes do Norte e do Sul. A intransigência do Norte numa solução para a região prende-se com o facto do governo de Cartum não querer perder mais uma região do seu país.

Para encontrar uma solução, mesmo que provisória, a UA criou um grupo de mediação constituída por importantes figuras africanas. Este grupo da UA, liderado pelo antigo líder sul-africano, Thabo Mbeki, conseguiu que o Vice-Presidente do norte do Sudão, Osma Thaho e o Presidente do Sul do Sudão Salva Kiir, aceitassem uma solução transitória.

O acordo assinado pelos líderes do Norte e do Sul do Sudão permitiu desmilitarizar a disputada região Abyei e permitiu a entrada de uma força de paz etíope, sob os auspícios da ONU.

O Grupo da UA continuará a trabalhar com vista a encontrar uma solução duradoura.

O enorme interesse de Abyei deriva quer da sua posição geoestratégica, quer do seu potencial económico fruto das terras férteis. Igualmente importante é o facto do território de Abyei ser atravessado pelo oleoduto que vem dos campos petrolíferos do sul em direcção aos portos do Norte.

Quando em 2004 um acordo pôs finalmente fim à guerra civil sudanesa, entre o Norte e o Sul, ficou decidido que a região de Abyei gozaria de um estatuto administrativo especial, e o seu futuro seria decidido através da realização de um referendo. O referendo, que

deveria ter tido lugar ao mesmo tempo que o referendo que deu a independência ao Sul, não se concretizou devido à falta de condições de segurança. Uma grande questão que ficou em aberto na altura foi a delimitação das fronteiras desta região e o futuro de parte da sua população nómada. Desde 2004 até a actualidade os esforços desenvolvidos, com o apoio internacional, para delimitar as fronteiras foram infrutíferos, o que provocou o aumento a tensão e da violência entre o Norte e o Sul. O acordo agora alcançado pode pôr fim à instabilidade.

Eleições Presidenciais em São Tomé e Príncipe

Para as eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe realizadas a 17 de Julho surgiram, de início, 14 candidaturas, oriundas dos principais partidos políticos e também de alguns independentes. Antes da sua aprovação final, estas candidaturas deveriam ser validadas pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Segundo os observadores, o primeiro Presidente (1975-1990) do país após a independência Manuel Pinto da Costa, 75 anos, antigo líder do Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe -Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), principal partido da oposição, partiu como favorito, mesmo apresentando-se como independente.

Com efeito, o MLSTP-PSD, anunciou o apoio ao seu actual Presidente Aurélio Martins, antigo jornalista, que se tornou empresário. Dois outros membros do MLSTP-PSD foram candidatos: a antiga Primeira-Ministra, Maria das Neves e a também antiga Ministra da Defesa, Elsa Pinto.

O Presidente da Assembleia Nacional, Evaristo de Carvalho, representou a Acção Democrática Independente (ADI), partido do Primeiro-Ministro Patrice Trovoada.

Delfim das Neves, antigo Ministro das Obras Públicas, representou o Partido de Convergência Democrática (PCD), do qual faz igualmente parte o antigo ministro Francisco Rita, igualmente candidato.

No campo das candidaturas independentes surgiram as do cantor e músico Gilberto Gil Umbelina, a do economista Jorge Coelho, antigo



director do aeroporto de São Tomé, a do jurista Filinto Costa Alegre, do antigo chefe do Movimento Cívico para a Independência em 1974 e a do arquitecto Liberato Moniz.

Após analisar todas as candidaturas, o Supremo Tribunal de Justiça publicou, em finais de Junho, o edital com a lista de apenas 9 candidatos às eleições presidenciais de 17 de Julho. Dos 14 candidatos iniciais, 4 foram excluídos e 1 desistiu.

Francisco Rita, Gilberto Gil Umbelina, Liberato Moniz e Delfim Neves, foram os 4 candidatos excluídos pelo Supremo Tribunal de Justiça, que decidiu na ausência de um Tribunal Constitucional. Carlos Espírito Santo já tinha desistido da corrida.

Da lista inicial de 14 candidatos, só 9 cumpriram os requisitos legais para concorrer ao cargo de Presidente da República, nomeadamente, Manuel Pinto da Costa, Filinto Costa Alegre, Hélder Barros, Aurélio Martins, Evaristo Carvalho, Elsa Pinto, Jorge Coelho, Maria das Neves, e Manuel de Deus Lima.

Os candidatos excluídos não conseguiram provar que só tinham a nacionalidade são-tomense. Delfim Neves, Gilberto Gil Umbelina e Liberato Moniz, tinham dupla nacionalidade, portuguesa e são-tomense e não teriam conseguido livrar-se da nacionalidade portuguesa antes da decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Francisco Rita é titular de nacionalidade espanhola. Num último momento, Delfim Neves conseguiu entregar documentos em que comprovava a sua renúncia à nacionalidade portuguesa, o que lhe permitiu ser incluída nas eleições.

Para as eleições presidenciais de 17 de Julho a Comissão Eleitoral Nacional (CEN) actualizou os cadernos eleitorais a nível nacional através da inscrição de novos eleitores e efectuou o recenseamento de raiz em 4 países onde a comunidade são-tomense tem direito a eleger o Presidente da República, nomeadamente Angola, Portugal, Guiné Equatorial e Gabão. No conjunto foram inscritos 13.842 novos eleitores. No total encontram-se inscritos ano 92.638, dos quais 84 mil em São Tomé e Príncipe e 8.598 na diáspora (em Angola 3.536 eleitores, no Gabão 1.389 eleitores, na Guiné Equatorial 145 eleitores, e em Portugal 3.528 eleitores).

As eleições de 17 de Julho decorreram com alguns incidentes, nomeadamente na cidade de Santa Catarina, no distrito de Lembá,

onde a população boicotou o acto em protesto contras as precárias condições de vida.

Apesar deste boicote, os resultados finais não deixaram dúvidas em relação à necessidade de se realizar uma segunda volta, marcada para 7 de Agosto, entre os dois candidatos mais votados: Manuel Pinto da Costa, que obteve 35,8% dos votos, e Evaristo Carvalho que obteve 21,82% dos votos. Delfim Neves ficou em terceiro lugar com 14,3% dos votos, seguida de Maria das Neves que obteve um resultado de 13,89%. Elsa Pinto e Aurélio Martins, obtiveram resultados muito próximos, de 4,85% e 4,8%, respectivamente.

Manuel Pinto da Costa, líder histórico do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP-PSD), actualmente na oposição, apresentou-se nestas eleições como independente. Entre 1975 e 1991 ocupou o cargo de chefe de Estado, tendo-se apresentado às presidenciais de 1996 e 2001, perdendo em ambas.

Evaristo Carvalho, que foi primeiro-ministro em duas ocasiões (Julho a Outubro de 1994 e de Setembro de 2001 a Março de 2002), é o actual Presidente do parlamento são-tomense e recebeu o apoio do partido Acção Democrática Independente (ADI), vencedor das legislativas de Agosto de 2011 e liderado por Patrice Trovoada.

De realçar nesta primeira volta a elevada taxa de abstenção que se fixou nos 48%, tendo votado 58.522 dos 93 mil eleitores inscritos.

O processo eleitoral foi acompanhado por missões de observação eleitoral oriundas da União Africana, da Comissão Económica da África Central, da Comunidade e Países de Língua Oficial Portuguesa. Para além destas missões multilaterais, também estiveram presentes observadores oriundos da Nigéria, EUA, Japão, Taiwan e Brasil.

Para a vitória na segunda volta era essencial aos dois candidatos obterem apoios oficiais dos candidatos derrotados. Neste capítulo, Pinto da Costa obteve, desde logo, o apoio do terceiro candidato mais votado Delfim Neves e da quarta candidata mais votada, Maria das Neves. O facto de Evaristo de Carvalho ser visto como um candidato muito ligado a Patrice Trovoada terá pesado na decisão tanto de Delfim Neves como em Maria das Neves.

O Presidente do MLSTP-PSD, Aurélio Martins, também declarou o seu apoio a Pinto da Costa.



Os ODM e Angola

O Ministro da Educação de Angola, Pinda Simão, afirmou em Julho, em Genebra, durante a realização da 67ª Sessão do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), que o Governo angolano está empenhado em atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e as metas traçadas em Dakar relativamente à educação para todos, tendo assumido os 11 compromissos relativos à criança. As seis metas do programa Educação para Todos, monitorizado pela UNESCO, foram lançadas em 2000, no Fórum Mundial de Educação realizado em Dacar (Senegal) e são:

- 1) Expandir e melhorar a educação e cuidados com a infância;
- 2) Assegurar educação gratuita, compulsória e de qualidade;
- 3) Garantir que as necessidades básicas de aprendizagem de jovens sejam satisfeitas de modo equitativo, por meio de acesso a programas de aprendizagem apropriados;
- 4) Atingir 50% de melhoria no nível de alfabetização de adultos;
- 5) Alcançar igualdade de género com foco no acesso de meninas à educação básica de qualidade;
- 6) Melhorar a qualidade da educação.

O Ministro angolano considerou que a realização desta tarefa confirma que a educação das crianças mobilizou todas as forças vivas da sociedade angolana, dependendo o seu sucesso de vários factores e actores envolvidos no processo.

O Executivo está a experimentar a Reforma do Sistema Educativo e da Formação, que arrancou em 2004. O principal objectivo do sector da Educação consiste na generalização da reforma do novo sistema de ensino geral, nomeadamente, o ensino primário e secundário. Em relação à reforma da Educação, o Ministro Pinda Simão realçou os seis objectivos principais:

- A expansão da rede escolar;
- A melhoria da qualidade e da eficácia do ensino;
- A valorização do professor;
- A redução do analfabetismo absoluto e tradicional;
- A diminuição da pobreza no seio dos alunos;
- Saúde para todas as crianças.

Sobre a expansão escolar, Pinda Simão esclareceu que as estatísticas mostram que o número de crianças escolarizadas aumentou significativamente, passando de 2.565.542 alunos em 2002, para 6.168.454 em 2010. No mesmo período, foram construídas e reabilitadas várias infra-estruturas escolares em todo país, nomeadamente, 53.592 salas de aula.

Quanto à melhoria da qualidade do ensino, Pinda Simão realçou a preocupação do Executivo em promover o aumento do nível de formação escolar dos professores, em particular para o ensino primário.

No quadro do decénio das Nações Unidas para a alfabetização (2003-2012), o Ministro da Educação afirmou que o Governo angolano adoptou a estratégia que conduziu ao sucesso neste capítulo, ao experimentar em todo o país o programa de alfabetização e aceleração escolar, que consiste na redução progressiva do analfabetismo entre os adolescentes, jovens e adultos.

Dados avançados pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em Genebra, indicam que, devido à pobreza e às guerras, 67 milhões de crianças no mundo não têm acesso ao ensino primário, o que impede a concretização das Metas do Milénio da Organização das Nações Unidas



Timor apoia Guiné Equatorial

O Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos Horta, defende que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deve acolher a Guiné Equatorial na organização. As palavras do Presidente timorense foram proferidas no dia 6 de Julho, durante a sua visita oficial a Cabo Verde.

Esta questão não é pacífica dentro da CPLP. Para além do requisito de ter que ter o português como língua oficial, eventuais candidatos à adesão à CPLP têm que pautar a sua actuação de acordo com os princípios do respeito pelos direitos humanos e democracia. O regime de Malabo está longe de cumprir estes dois últimos pontos, o que provoca alguns embaraços à sua entrada na CPLP. Porém, a sua capacidade financeira, derivada da produção petrolífera, aliada aos apoios que tem junto de alguns estados membros, nomeadamente Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, faz com que a sua candidatura seja encarada como muito forte.

Este tema foi abordado novamente pelos membros da CPLP durante a reunião de pontos focais que se realizou em Luanda em finais de Julho. A situação torna-se ainda mais delicada devido ao facto daquilo que vier a ser decidido em relação à Guiné Equatorial poder vir a fazer escola para eventuais futuros candidatos. Os Chefes da Diplomacia da CPLP reafirmaram, durante a XVIª Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Angola, a necessidade da Guiné Equatorial continuar com as reformas internas, em conformidade com os princípios orientadores da entidade, para que possa ser membro pleno da comunidade, nomeadamente o respeito pelos direitos humanos e as práticas democráticas. Actualmente, a Guiné Equatorial tem o estatuto de observador.



A Fome na Somália

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou oficialmente, em Julho, situação de crise de fome em Bakool e Baixo Shabelle, no sul da Somália. É a primeira vez em 19 anos que essa situação é enfrentada na região. Nesta zona vivem cerca de 3.7 milhões de pessoas, mas a crise alimentar e a seca estende-se por toda a zona do Corno de África afectando mais de 12 milhões de pessoas.

A zona do Corno de África e da África Oriental têm sido das zonas mais afectadas pelas alterações climáticas que têm provocado crescentes períodos de secas e consequentes crises alimentares. Estas crises têm provocado ondas de refugiados que têm sobrecarregado vários países da região, nomeadamente o Quênia.

O coordenador dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas para a Somália declarou em Nairobi, Quênia, que cada dia que se atrasa a dar assistência é, literalmente, uma questão de vida ou morte para as crianças e as famílias afectadas pela crise de fome.

O responsável humanitário da ONU sublinhou que a crise representa a mais grave situação de insegurança alimentar no mundo, com os índices de desnutrição mais elevados, que chegam a 50% em algumas zonas do sul do país.

Os dados divulgados pelo dirigente das Nações Unidas mostram que quase metade da população da Somália, cerca de 4 milhões de pessoas, encontra-se em situação de crise humanitária. Quase três milhões estão no sul do país, que se encontra sob o controlo da milícia islâmica Al Shabab, vinculada à Al Qaeda. Esta organização expulsou, há dois anos, todos representantes das agências de ajuda humanitária acusando-os de estarem ao serviço de interesses ocidentais. Face à gravidade da situação, a Al-Shabaab deu garantias de segurança para que o Programa Alimentar Mundial (PAM) pudesse regressar a esta zona.

De acordo com as Nações Unidas, 30% das crianças estão mal nutridas e há um índice de quatro mortes diárias por cada 10 mil crianças.

Face a esta situação, a organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) reuniu-se de emergência a 25 de Julho com o objectivo de obter apoio dos seus membros para poder apoiar as suas acções nesta região de África. De acordo com o Director Geral da FAO, Jacques Diouf, a região afectava necessita de ajudas no valor de 1.1 mil milhões de euros para os próximos 12 meses. Só para os



próximos dois meses são necessários 300 milhões de euros. A reunião de urgência convocada conseguiu obter apoios dos seus membros para combater a crise alimentar no corno de África. Porém, apesar das intenções políticas é agora necessário que as mesmas se traduzem em apoios concretos.

Com vista a apoiar a região, o Banco Mundial disponibilizou 500 milhões de USD. Por seu lado a Cruz Vermelha também avançou com uma verba de 400 milhões de USD. Do lado dos Estados, a França, que actualmente preside ao G20, manifestou a intenção de mobilizar os apoios internacionais. O Banco Mundial anunciou, esta segunda-feira, que vai disponibilizar cerca de 500 milhões de dólares (348 milhões de euros) para fazer face à crise humanitária que está a afectar o Corno de África, onde cerca de 12 milhões de pessoas estão a ser afectadas pela fome e pela seca.

De acordo com números avançados hoje pelo director-geral cessante da FAO, Jacques Diouf, serão necessários 1,1 mil milhões de euros nos próximos 12 meses e 300 milhões nos próximos dois meses para acudir à crise alimentar, que afecta sobretudo o sul da Somália. Apesar das garantias de segurança dadas pela milícia Al-Shabab, mal chegaram as primeiras ajudas alimentares a Mogadíscio, estalou o conflito entre as forças da Al-Shabab e as tropas da União Africana (UA). Inicialmente estava previsto que fosse o governo de Mogadíscio o responsável pela distribuição alimentar, como o apoio do contingente da UA, mas a milícia Al-Shabab opôs-se a este procedimento pretendendo ela controlar a distribuição.



O Cluster do Mar em Cabo Verde

O Primeiro-Ministro cabo-verdiano, José Maria das Neves, considerou que o Cluster do Mar, orçado em 300 milhões de euros, vai determinar o futuro de Cabo Verde, pois permitirá o desenvolvimento do arquipélago em praticamente todos os sectores.

Esta declaração do Primeiro-Ministro foi feita na abertura do Fórum sobre o Cluster do Mar, reunião que constitui um espaço de análise, discussão e definição de um plano de acção, a curto e médio prazos, para o desenvolvimento do sector, que envolve outros dois clusters, o do Ar e o das Novas Tecnologias. Os projectos associados são vários, como as pescas, a criação de um centro internacional de conservação, processamento e exportação de produtos marinhos, reparação naval e pesquisa oceanográfica, como fármacos, energia das ondas e alterações climáticas, dependendo, porém, da mobilização de recursos financeiros.

Tudo está ligado à renovação e/ou reconversão do Porto Grande, no Mindelo, infra-estrutura que, a par da renovação de outros portos internacionais - Cidade da Praia, Sal e Santo Antão -, pretende tornar Cabo Verde uma referência no Atlântico Médio.

O Chefe do governo cabo-verdiano, disse esperar que o encontro do Mindelo permitisse traçar a visão e as estratégias, definir os recursos institucionais e humanos, identificar os principais actores e construir os consensos sobre a formulação de uma Agenda Estratégica para o Mar.

Desde que, em 2003, se introduziu o conceito Cluster do Mar, acrescentou, foram já desenvolvidas várias acções, nomeadamente nas pescas e na reparação naval, bem como investidos milhões de contos na modernização dos portos e na transformação do Porto Grande num hub de cargas marítimas na sub-região. É preciso também dar um novo impulso aos transportes marítimos internacionais, sustentou José Maria Neves, para quem a criação de uma Companhia Nacional de Transportes Marítimos Internacionais é um desígnio nacional, atendendo à vocação marítima do país.

O objectivo é tornar Cabo Verde um actor marítimo relevante ao nível regional e no Atlântico constitui a missão principal do Governo da Praia. Para tal, O encontro do Mindelo deve definir os elementos do Cluster do Mar e os factores de sucesso e risco, conceber um quadro institucional e articular os serviços públicos e privados, bem como, os termos de referência do Núcleo Operacional do Mar.

BAD Reforça aposta na Agricultura

A nova estratégia do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para África para o período de 2011-2014 vai apostar num reforço dos recursos destinados à agricultura. O objectivo é o de aumentar em 10% os orçamentos canalizados para a agricultura com vista a incrementar a produção e combater a pobreza no continente.

Já em 2003, a União Africana tinha proposto aos seus estados-membros afectarem 10% do seu produto interno bruto (PIB) à agricultura, mas vários países, ainda não atingiram a meta estabelecida por esta organização continental.

Também a União Europeia aposta no reforço do apoio à agricultura como meio de combater a pobreza em África. A União Europeia propõe-se apoiar o desenvolvimento agrícola em África no quadro de uma cooperação a longo prazo, nomeadamente com as organizações africanas a nível regional e continental. Este apoio contribuirá para um maior crescimento do sector, nomeadamente, graças à melhoria das políticas agrícolas e da governação. A cooperação centrar-se-á na África subsariana, em que o desenvolvimento agrícola assumirá maior importância para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no domínio da diminuição da pobreza e da fome.

Acordo de Paz na República Centro-Africana

O Presidente da República Centro-Africana, François Bozizé, e o líder do movimento rebelde rebeldes CPJP (Convenção dos Patriotas para a Justiça e a Paz) assinaram em Junho um acordo de cessar-fogo. Este acordo pôs fim ao conflito que alastrava há quatro anos.

Os rebeldes actuavam especialmente no Norte do país pondo em causa estabilidade e o desenvolvimento nacional. Devido à situação de conflito, as autoridades nacionais tinham enormes dificuldades em potencializar a exploração das suas riquezas nacionais.

O governo do Presidente François Bozizé, que chegou ao poder em 2003 após um golpe, foi sendo marcado por uma série de rebeliões por toda a ex-colónia francesa, que sofre com tumultos desde sua independência em 1960. As repercussões dos conflitos dos vizinhos Chade, Sudão e Congo, somado aos rebeldes locais e bandidos, minaram os esforços para estabilizar o país, rico em diamantes, ouro e urânio.



Reforma Constitucional em Marrocos

O rei de Marrocos, Mohamed VI, submeteu a referendo popular uma reforma constitucional cujo principal objectivo é o de acalmar eventuais descontentamentos populares que viram nas revoltas da Tunísia e do Egipto a possibilidade de mudança de regime pela força. Nesse sentido, o rei marroquino propôs um reforço dos poderes do Presidente do governo e alarga as competências do Parlamento. A figura do rei deixa de ter carácter sagrado. Apesar destas cedências, as forças de oposição queixaram-se da timidez das reformas.

O referendo, que teve lugar no dia 1 de Julho, contou com forte participação popular apesar do boicote do Movimento 20 de Fevereiro, promotor dos protestos populares no país durante os últimos meses. O "sim" à nova Constituição marroquina alcançou 98,4% dos votos. O índice de participação do eleitorado ficou em 72,6%.

Os principais partidos políticos e sindicatos que actuam no sistema político marroquino expressaram satisfação com os resultados do referendo constitucional e consideraram que a nova Constituição representa um novo começo para o Marrocos.

O Secretário-Geral da União Marroquina de Trabalho, Miloudi Moukharik, declarou que a Constituição não é uma finalidade em si mesma e ressaltou que o motivo de todo este movimento político e constitucional é levar a sociedade marroquina para frente. Já o presidente do grupo parlamentar do partido islâmico Justiça e Desenvolvimento (PJD), Lahcen Daoudi, afirmou que o desafio está agora na aplicação da nova Constituição. Para ele, o grande risco é que não se coloque em prática o texto, porque a decepção civil será enorme.

Por sua vez, o dirigente da União Socialista das Forças Populares (USFP), Saoud al Atlassi, disse que a Constituição ratificada aprofundará a democratização do Estado e da sociedade. Atlassi, cujo partido faz parte da maioria governista, acrescentou que a USFP está satisfeita porque o povo marroquino participou em massa.

Chefes da Diplomacia da CPLP reunidos em Luanda

Decorreu a 22 de Julho, em Luanda, o encontro de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP. O encontro de Luanda analisou, entre outras questões, a revisão dos estatutos da CPLP, do fundo especial da comunidade e aprovou o roteiro CEDEAO-CPLP, no âmbito do Programa de Reforma do Sector de Segurança e Defesa da Guiné-Bissau. As relações económicas entre os estados membros e a questão da língua portuguesa nas organizações internacionais foram outros dos temas abordados.

Os vários Ministros também se debruçaram sobre a primeira volta das eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe, e perspectivaram o acompanhamento da segunda volta marcada para dia 7 de Agosto.

Uma das grandes apostas deste encontro foi a de potencializar a utilização do português nas organizações internacionais onde os membros da CPLP se encontram inseridos. Este objectivo, para além das implicações financeiras, exigirá um sério esforço de coordenação entre todos. Os Ministros da CPLP defenderam a publicação em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e das demais agências, fundos e programas da ONU.

Outra decisão deste encontro foi o da recondução, do guineense Hélder Vaz Lopes no cargo de director-geral da CPLP.





Mercado Comum Avança

A criação de uma zona de comércio livre foi discutida, em Junho, na África do Sul, por vinte e seis nações africanas de três zonas aduaneiras regionais que representa uma população combinada de quase 700 milhões de pessoas. O objectivo foi o de colocar um ponto final nas burocracias e reduzir de forma acelerada a pobreza no Continente.

A segunda cimeira tripartida do Mercado Comum da África Oriental e Austral – (COMESA), Comunidade da África Oriental (EAC) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizou-se em Joanesburgo, e contou com a presença de cerca de duas dezenas de Chefes de Estado e mais de um milhar de delegados.

A dominar a ordem dos trabalhos esteve a criação de uma zona de comércio livre que favoreça a população africana, diminuindo ao mesmo tempo a pobreza e desigualdades do Continente. Outra das vantagens desta zona de comércio livre passaria pela criação das condições necessárias para o melhoramento das infra-estruturas, incitação ao investimento, e diversificação da capacidade produtiva dos Estados-membros.

A Área de Comércio Livre Tripartida (ou T-FTA no original) poderá criar, uma vez oficialmente implementada, as condições certas para significativas melhorias na infra-estrutura, maiores investimentos e diversificação da capacidade produtiva dos Estados-membros, afirmam os seus promotores. Um mercado regional mais livre e alargado poderá, segundo os participantes nesta Cimeira, reduzir de forma mais acelerada a pobreza e as desigualdades no continente e torná-lo mais competitivo nos mercados mundiais.

No seu discurso de abertura, o Presidente sul-africano Jacob Zuma incentivou os participantes a avançarem na via da integração continental, considerando-a uma ferramenta decisiva para o progresso de África. Segundo Zuma, é necessário alinhar estratégias de desenvolvimento e programas destinados a aliviar a pobreza, o subdesenvolvimento, melhorar a segurança alimentar e outros problemas ao longo das fronteiras regionais e continentais.

Admitindo que a eliminação das taxas aduaneiras não resolverá por si só os problemas, o Presidente da África do Sul exortou as nações presentes a investirem na cooperação e no desenvolvimento acelerado das capacidades industriais das suas economias para dotar o continente de infra-estruturas, de-

signadamente estradas e caminhos de ferro, e capacidade produtiva capazes de assegurar um desenvolvimento sustentado.

A 1ª Cimeira da T-FTA teve lugar em Campala, Uganda, em 22 de Outubro de 2008.

Périplo Africano da Chanceler Alemã

A Chanceler alemã, Ângela Merkel, deslocou-se, entre os dias 11 e 14 de Julho, a África, visitando o Quênia, Angola e a Nigéria. A escolha destes países teve a ver com a importância que os mesmos têm nas suas respectivas regiões.

A visita foi marcada por duas componentes importantes. Por um lado, o governo alemão afirmou, em diversas ocasiões, a importância de se apostar e apoiar o sector agrícola como ponto essencial para combater a pobreza no Continente. Por outro lado a Chanceler alemã fez-se acompanhar de uma importante delegação empresarial com vista a reforçar os laços económicos entre a Alemanha e estes países. Neste capítulo destacou-se a inauguração em Luanda do Fórum Económico Angolano-Germânico.

No Quênia, Ângela Merkel mostrou a disponibilidade do governo alemão em apoiar iniciativas na área agrícola de modo a aumentar a produção alimentar e combater a fome e a seca que se fazem sentir quer neste país, quer em outros países da região.

Na Nigéria, a Chanceler alemã declarou o seu apoio ao Presidente Goodluck Jonathan no combate à violência que se regista em algumas regiões do país e que são a principal ameaça à estabilidade e aos investimentos externos. Esta visita indicou claramente o facto da Alemanha ver na Nigéria o líder da região da África Ocidental.

Para a Chanceler alemã, as próximas eleições gerais em Angola, serão um grande teste do progresso democrático alcançado no país. Nesse sentido, o reforço da estabilidade democrática é visto como condição essencial para o aprofundamento das relações entre os dois países, nomeadamente em sectores como da educação e tecnologia. A venda de armamento material militar da Alemanha a Angola, nomeadamente diversos barcos patrulha, levantou alguma contestação interna, sendo a Chanceler obrigada a explicar este negócio à oposição no seu país.

Kilamba. Nova Cidade Angolana

No âmbito da política do governo angolano de reordenamento urbanístico, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, inaugurou, no dia 11 de Julho, a cidade do Kilamba. A nova cidade fica a cerca de 20 quilómetros da capital angolana e é formada, nesta primeira fase, por 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada. O projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias. Estão ainda previstos 50 quilómetros de estradas.

Quando estiver concluída, a nova cidade poderá albergar quase 500 mil famílias. Iniciada a sua construção em 2008, espera-se que Kilamba esteja totalmente concluída em finais de 2012. Kilamba pretende ser um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. A nova cidade visa fazer face à carência habitacional e ser uma demonstração do crescimento urbano do país.

Dos cerca de 12 projectos elaborados para criação de novas cidades, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte. Na capital Luanda, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012.

O projecto da cidade do Kilamba, serve para o Executivo fazer face ao constante crescimento populacional à volta da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que tem hoje em dia.

A criação de novas cidades em Angola surge ao mesmo tempo que existe um sério esforço de recuperação urbanística das principais cidades. Neste capítulo, Luanda está a ser alvo de uma série de intervenções estruturais que acabarão por mudar a sua fisionomia nos próximos anos. A requalificação da Baía de Luanda é, nesse sentido, o projecto mais emblemático. A obra a cargo das empresas portuguesas Mota Engil e Soares da Costa contempla novas faixas de rodagem, a abertura de novos parques de estacionamento com capacidade para mil e 600 viaturas, criação de espaços públicos de lazer, com áreas ajardinadas e arborizadas, bem como a recuperação das fachadas de alguns edifícios da Avenida 4 de Fevereiro e o seu arranjo paisagístico.

Uma das principais obras no âmbito da requalificação da Baía de Luanda é a construção da ponte à entrada da Chicala e Ilha de Luanda. A obra é uma extensão do projecto de requalificação da Baía de Luanda, que teve início há um ano e deverá ser inaugurada entre os meses de Maio e Julho de 2012.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05